

de repressão ao crime, inevitável na atual situação, como bem acentuou, em recente manifestação, a Câmara Municipal de Ribeirão Preto".

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra a nobre deputada Tereza Delta. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mendonça Falcão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Semi Jorge Resegue.

O SR. SEMI JORGE RESEGUE — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, o governo deve voltar a atenção para o transporte em geral, que cada dia vai afetando todos os setores econômicos da Nação, contribuindo para o aumento do custo de vida.

O transporte é o alicerce e estelo básico da nossa nação, sobre o qual repousam todas as esperanças no sentido de nossa libertação do subdesenvolvimento em que nos encontramos.

Os três meios de transporte, o ferroviário, o marítimo e o rodoviário, estão sensivelmente afetados na sua estrutura, o que impossibilita o desenvolvimento de nossa comercialização.

Continuando na sua ascensão vertiginosa, os fretes, longe de contribuírem para o melhoramento dos meios de transportes, pelo contrário contribuem para o esmagamento do próprio custo de produção, elevando exageradamente os preços, sendo o responsável pela alta de 100% (cem por cento) dos produtos em geral.

Derivados do petróleo, a gasolina e o óleo diesel são os dois produtos que mais exigem solução imediata, tornando-se o seu barateamento uma necessidade em face das demandas e da sua aplicação em todos os setores dos transportes em geral.

Embora tenha cessado o favoritismo no setor cambial, a solução para o barateamento da gasolina e do óleo diesel depende de uma orientação sólida do governo no sentido de dar impulso à nossa comercialização, fazendo com que os custos de produção não sejam alterados pelos preços dos transportes, a fim de se tornarem os mesmos competitivos contra os nossos concorrentes.

Urge, pois, a atenção do governo federal no sentido de determinar estudos imediatos para solucionar o problema que mais afeta a nação no momento, isto é, o transporte.

Há urgência na criação do Ministério de Comunicações e Transporte, tão importante e grave é o problema em nosso país.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jéthero de Faria Cardoso. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Leônicio Ferraz Júnior. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ioshifumi Utiyama. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jamil Dualibi.

O SR. JAMIL DUALIBI — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, recebemos das autoridades escolares de Tupã, ofício datado de 3 do corrente, dando-nos conhecimento da iniciativa de uma conceituada firma daquela cidade, visando cooperar para o aumento do aproveitamento escolar da nossa infância.

Distribuindo prêmios aos alunos dos estabelecimentos de ensino, melhor classificados nos exames, de acordo com programa que organizou, tem despertado grande interesse por estudantes cujos esforços assiduidade devem um melhor índice de frequência e de produtividade, nos grupos escolares de Tupã.

Iniciativas desta natureza, Sra. Presidente, merecem os aplausos de todos aqueles que se interessam pelo nosso ensino e deverão ser repetidos e reproduzidos em outras cidades do nosso Estado. Dando os nossos aplausos e nossos parabéns as Irmãs Dias, da cidade de Tupã, autora da patriótica iniciativa solicitada de V. Exa., Sra. Presidente, autorizar a Taquigrafia a transcrever, ao pé deste discurso, o ofício e o programa que o acompanha, e a que nos referimos.

O ofício é o seguinte:

(Lê) "Ilmo. Sr.

Dr. Jamil Dualibi

DD. Deputado da Assembléia Legislativa Estadual

São Paulo,

As autoridades escolares de Tupã, abaixo assinadas, têm o prazer de encaminhar a Vossa Senhoria o incluso regulamento de instituição de prêmios a escolares do ensino primário desta localidade, para incentivo ao estudo.

Este concurso é promovido pela "Casa Dias", firma comercial conceituada e que desde 1942 está exercendo atividades nesta zona.

Espontaneamente quis dar sua inestimável e preciosa colaboração ao Ensino, atendendo ao apelo do Exmo. Sr. Secretário da Educação, no afã de aumentar a produtividade escolar.

Premiando com canestras-tinteiro de primeira qualidade a quatro alunos de cada classe, das noventa e uma existentes, representemente, em Tupã, estarão premiando o esforço e a assiduidade de 10% dos alunos matriculados em nossos grupos escolares.

Temos a honra de apresentar a Vossa Senhoria os protestos de nossa elevada estima e distinta consideração".

Seguem-se as seguintes assinaturas: Alcides Ferreira, Inspetor escolar do 5.º distrito; Alcides Buzzo, Diretor do 2.º grupo escolar; Haidé Leite Graef, Diretora do G.E. "Professor Sebastião Teixeira Pinto"; Paulo Ribeiro Costa, Diretor do 2.º grupo escolar; Assinatura ilegível, Inspetor Escolar do 6.º Distrito; Prof. Modolo, Diretor do G.E. "Bartira"; Seraphina Etelvina Paggiuso, Diretora do G.E. "Vila Albarca", e João Geraldo Iori, Diretor do 4.º Grupo Escolar.

Sra. Presidente, Srs. deputados, a cidade de Tupã festeja a data de sua fundação no dia 29 de junho, dedicado a "São Pedro", seu padroeiro. Disso de cada classe, das noventa e uma existentes, presentemente, em Tupã, vem progredindo de forma acentuada, sendo uma das mais importantes da Alta Paulista e do próprio Estado, por sua população, por sua produção agrícola, por seu poder político, econômico e financeiro. Comarca da Terceira Entrância, é sede da Circunscrição Judiciária, com dois juizes substitutos, e o Juizado é constituído de 2 Varas, com 2 Juizes Titulares e 2 Promotores de Justiça. O município teve o mérito de ser diplomado pelo IBAM, nos anos de 1955 e 1957, como um dos cinco de maior progresso do Brasil, sendo classificado como um dos maiores produtores de "amendôim" no Estado.

Foi seu fundador o Sr. Luiz de Souza Leão, que ainda se dedica com amor e carinho aos interesses da cidade onde reside e foi um dos propulsores do seu progresso. Como representante daquele município nesta Assembléia, orgulho-me de sua gente e de seu progresso, e com grande satisfação apresento um requerimento de congratulações ao seu povo, as suas autoridades, à sua imprensa e ao seu fundador, nos termos seguintes:

(Lê) "Requeiro a consignação na ata de nossos trabalhos de voto de congratulações com o povo da cidade de Tupã, pela passagem de mais um aniversário de sua fundação, e desta resolução requeiro a expedição de ofícios para o Presidente da Câmara Municipal, para o Prefeito Municipal, para a imprensa — ao "Jornal de Tupã", à "Folha do Povo", "A Vanguarda", à "Radio Clube de Tupã" e à "Radio Piratininga de Tupã", como também ao fundador da cidade, Sr. Luiz de Souza Leão, e ao seu vigário, Monsenhor Afonso Hafner. Festividades natalícias a se realizarem no próximo dia 29 de Junho, dedicado a "São Pedro", padroeiro da cidade de Tupã.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

(N. da T. — O programa a que se refere o orador vai publicado no final da sessão).

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Angelo Zanini.

O SR. ANGELO ZANINI — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, estou apresentando à Mesa novo requerimento pedindo informações sobre as promoções na carreira de Contador, as quais se encontram paralisadas há cerca de oito anos.

Existe, a respeito, uma representação da Associação dos Contadores do Estado, constante do Processo GG-4434-60, reclamando uma solução para o assunto.

Tal processo, infelizmente, acha-se sem solução alguma, no Palácio do Governo, há mais de um ano. No entanto, a solução é das mais simples, não comporta dúvida, não necessita de estudos acurados, uma vez que se trata de caso líquido e certo, já examinado e decidido pelo Poder Judiciário.

Por que, pois, tanta demora, tanta moleza, tanta lentidão? O que ganha com isso o Poder Executivo, a não ser dar um triste exemplo aos que colaboram nos serviços de execução da coletividade?

Eis o Requerimento a que nos referimos.

(Lê)

Senhor Presidente,

Em vista que:

a) as promoções na carreira de Contador, da PP-III, do Quadro da Secretaria da Fazenda, continuam paralisadas, faltando essa paralisação de quase oito anos;

b) reclamamos, pelo Requerimento n.º 859-1960 (D.O. de 6-10-60) contra essa demora, que vem causando justo descontentamento entre os interessados;

c) a Associação dos Contadores do Estado reclamou, igualmente, as promoções a que fazem jus os contadores do serviço público, conforme se vê do processo GG-4434-60, o qual se encontra parado, quieto, sem movimentação, no Palácio do Governo, aguardando uma solução simples, fácil, uma vez que o assunto já não comporta dúvida alguma;

Requeremos ao Sr. Chefe do Poder Executivo se digne prestar as informações seguintes:

I — Por que continua paralisada — e isso há quase oito anos — o mecanismo das promoções na carreira de Contador?

II — Por que não é despachado o Processo GG-4434-60, que se encontra no Palácio do Governo há bem um ano?

III — Quando poderão os Contadores do serviço público do Estado receber as promoções a que fazem jus?

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Israel Novaes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Henrique Peres. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Germinal Feijó. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mário Telles.

O SR. MARIO TELLES — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, estamos vivendo uma fase de profundas alterações em todos os setores da vida nacional.

Erros estão sendo reparados e injustiças estão sendo desmanchadas, com o objetivo de se possibilitar a todos as mesmas condições de trabalho e de evolução.

A administração federal, sob a chefia do Presidente Jânio Quadros, está assim procurando atalhar os efeitos na distribuição de valores, nos diversos ramos econômicos, sociais e artísticos, para que o elemento nacional ocupe o lugar que lhe compete na realidade brasileira.

Neste quadro, categorias profissionais, artísticas e culturais estão se movimentando, desejosas de obter uma relativa e autêntica compensação do seu esforço à revalorização da capacidade de criação de cada um.

Pela primeira vez, o que não deixa de ser sumamente auspicioso, um setor até agora completamente esquecido merece o apoio do Governo Federal, através de anteprojeto que está sendo estudado pelo Gabinete da Presidência, e que é o dos desenhistas nacionais.

Nunca se falou, no setor da arte e, muito menos no das esferas administrativas, de se olhar para os desenhistas brasileiros, diante da injusta concorrência que sofrem com as histórias em quadrinhos de desenhistas estrangeiros. E' comum, hoje em dia, observar-se, em quase todos os grandes jornais e revistas nacionais, colunas e páginas destinadas a histórias em quadrinhos originais do Exterior.

A situação de desamparo do desenhista nacional, nessas condições, é verdadeiramente injusta. Ele não pode competir com o desenhista estrangeiro, em virtude de certas organizações que distribuem essas histórias. Achamos que não devemos impedir a vinda das histórias em quadrinhos do Exterior. Entretanto, consideramos que os artistas brasileiros são tão competente quanto o estrangeiro e precisa ser amparado pelo Poder Público.

O artista nacional tem a seu favor o fato de serem seus temas inspirados em coisas do Brasil, da nossa terra, sendo seus personagens brasileiros. As histórias que aqui nos chegam, em sua maioria, são de coisas e paisagens desconhecidas de todos nós, com temas quase sempre deletérios e prejudiciais à nossa cultura.

Por todas essas razões é que julgamos justo o movimento dos desenhistas brasileiros, ao pleitearem uma legislação que os coloque, no mínimo, em condições de igualdade para competirem com as histórias estrangeiras.

S. Exa. o Presidente da República andou bem ao mandar concretizar um anteprojeto nesse sentido. Com essa atitude, será dada uma grande ajuda ao artista nacional de desenho, principalmente aos produtores de histórias em quadrinhos.

Era, Sr. Presidente e Srs. deputados, o que tínhamos a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Moçesto Guglielmi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Pedro Paschoal.

O SR. PEDRO PASCHOAL — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados aproveitei o fim de semana, como habitualmente o faço, para avistar-me com os municípios e autoridades dos municípios que se compreendem dentro de minha região eleitoral, a fim de sentir de seus anseios e aquilatar das soluções que aqui deverão ser aventadas para seus problemas.

Sra. Presidente e Srs. deputados, na caminhada que realizei, através de estradas e mais estradas de nossa ahinterlândia, pude aperceber-me de que não é possível mais que o Estado se mantenha sem auxiliar as prefeituras locais, no sentido de promover principalmente, a conservação das nossas rodovias municipais e, ainda, auxiliá-las na construção de muitas outras.

Não é possível a muitos municípios, tendo em conta o critério adotado pelo Estado, isto é, de que os municípios deverão entrar com a parcela de 40% dos gastos, promover a construção de estradas municipais. Mormente as vias de acesso aos troncos, impõe-se o quanto antes, venha o Governo do Estado, através do DER, seu Departamento competente, a tomar a atitude imprescindível de fazer a sua conservação, ou, quando for o caso, a sua construção até.

Nestas condições formulei o meu mais veemente apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, no sentido de que examine a questão da conservação de nossas rodovias municipais às expensas do Governo do Estado, quando os municípios não tenham meios financeiros para promover tal empreendimento, vindo a modificar o critério estabelecido, ou seja, de o município arcar com cerca de 40% dos gastos para tanto.

E' indispensável ao Estado, para que a nossa produção venha a abastecer o mercado consumidor dos grandes centros, principalmente da Capital, considerar este problema, propiciando a inúmeros municípios do interior meios eficazes de escoamento de produção.

O que vemos, atualmente, é que aqueles que se encarregam da exploração do transporte, mormente de gêneros alimentícios, negam-se a colocar seus veículos em estradas que não lhes garantem a preservação dos mesmos.

Sr. Presidente e Srs. deputados, apresentei, inclusive, uma indicação nesse sentido, a qual, espero, merecerá o beneplácito de todos os nobres pares. Acredito que o Sr. Governador do Estado, atendendo ao nosso apelo, dará aos municípios o que eles pedem, eis que seu governo se norteia no sentido de amplo amparo ao nosso interior.

Vimos a tribuna, também, com o intuito de solicitar a atenção do Serviço Social Rural para o que acontece com relação à unidade do Sesi existente em Barretos, que terá todos os seus serviços paralisados em definitivo, serviços de alta valia, tais como o do Ambulatório Médico e Odontológico.

Os funcionários que ali militavam ver-se-ão despedidos pela medida, o que ocasionará a falta de pão a inúmeros lares daquela cidade.

Cremos que o Serviço Social Rural deveria promover o aproveitamento desse serviço, aproveitando todos os seus funcionários que têm dado exemplo de sua dedicação em prol dos associados de toda aquela região.

Sómente essa medida virá resolver a situação que atualmente ali se verifica. Prejudicados ficarão beneficiários e trabalhadores, o que é de se lamentar.

Nestas condições, formulamos um apelo à direção do Serviço Social Rural, no sentido de que estude o aproveitamento desses servidores.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jacob Pedro Caroli. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ciro Albuquerque.

O SR. CIRO ALBUQUERQUE — Sem revisão do orador — Sra. Presidente, Srs. deputados, a medida que o povo brasileiro vem tendo conhecimento dos atos e determinações do Governo da República, paulatinamente vai se decepcionando. Não são tais medidas contrárias frontalmente os interesses da população, no sentido de melhor nível de vida, no sentido de maior estabilidade, de tranquilidade social. Agora, o Governo Federal vem de anunciar um reajuste de tarifas postais e telegráficas, majorando o preço do selo de forma substancial, encarecendo para os usuários as taxas desse sistema de comunicação, dificultando maior intercâmbio entre os brasileiros. Tal medida foi to-